



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO**

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONATRAE**

**Data e Horário:** 20 de agosto de 2019.

**Local:** Ministério de Direitos Humanos, localizado no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar, Sala de Reunião Master – Brasília/DF– 70308-200

**Participantes**

<b>Herbert</b> Borges Paes de Barros	DPDDH/SNPG/MMFDH
<b>Dante</b> Cassiano Viana	CGCTE/DPDDH/SNPG/MMFDH
<b>Andréia</b> Figueira Minduca	CGCTE/DPDDH/SNPG/MMFDH
Gabriel Araré Zerbetto Vera	CGCTE/DPDDH/SNPG/MMFDH
Camila Melo de Assis Branquinho	CGCTE/DPDDH/SNPG/MMFDH
Maria Teresa Barbosa Campelo de Melo	CGCTE/DPDDH/SNPG/MMFDH
Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos	SNPG/MMFDH
<b>Francisco</b> Coullanges <b>Xavier</b>	SNAS/Ministério da Cidadania
Maurício Krepsky Fagundes	DETRAE/SIT/ME
<b>Joziel</b> Brito de Barros	DPF
Marina Quadros Oliboni	COETRAE/CE
<b>Ricardo</b> Lourenço Filho	ANAMATRA
Rivana Barreto Ricarte de Oliveira	ANADEP
Eduardo Nunes de Queiroz	DPU
Maria Rita Manzarra	AMB
<b>Rodrigo</b> Hugueney do Amaral Mello	CNA
<b>Reinaldo</b> Damascena	CNI
<b>Carlos</b> Eduardo Chaves Silva	CONTAG
Laíssa Pollyana do Carmo	CONTAG
<b>Rafael</b> Garcia Rodrigues	MPT
<b>Xavier</b> Jean Marie Plassat	CPT
<b>Natalia</b> Suzuki	Repórter Brasil
<b>Vera</b> Lúcia Amorim Jatobá	SINAIT
Solange Nunes	SINAIT
Sebastião Vieira Caixeta	CNMP
Mario Luiz Guerreiro	AGU
Antonio <b>Carlos</b> de Mello Rosa	Instituto Trabalho Decente
Augusta Machado Tamasauskas	CNDH/PRF

<b>Erik Ferraz</b>	OIT
Sabrina Ribeiro de Santana	COETRAE/TO
Angela Teberga de Paula	COETRAE/TO
<b>Mércia</b> Consolação Silva	InPacto
Edmundo Lima	ABVTEX
<b>Humberto</b> Adami Santos Júnior	CF/OAB
Simone Maciel Saqueto Pereto	ME
Adonia Antunes Prado	GPTEC/UFRJ
<b>Ana Carolina</b> Alves Araújo Roman	MPF
<b>Manuela</b>	Forest
William	Forest

**PAUTA:**

**1) Coordenação – CONATRAE**

a) Abertura

b) Informes:

- GT Fluxo de atendimento ao trabalhador resgatado
- Encontro Nacional das COETRAES
- Sentença do Caso Fazenda Brasil Verde – CPT

**2) Logo CONATRAE – OIT**

**3) Análise, considerações e aprovação do Edital de Seleção de Entidades da Sociedade Civil para compor a CONATRAE, conforme Decreto 9.887, de 27 de junho de 2019.**

**Herbert** dá início à reunião com a apresentação dos participantes. **Herbert** relembra a nova estrutura da CONATRAE após o novo Decreto 9.887/2019 e informa que a mesa agora está sendo integrada pelos membros já efetivos oficialmente.

**Dante** informa que o GT de Fluxo de Atendimento pois postergado para 2 de setembro de 2019, uma vez que não houve quórum. Também informa que a Reunião Itinerante da CONATRAE e o Encontro Nacional das COETRAEs irão ocorrer, respectivamente, nos dias 17 e 18/10, durante a semana da Reunião Técnico-Científica do GPTEC no Rio de Janeiro/RJ, que ocorrerá de 14 a 16/10.

**Xavier** passa a tratar do caso da Fazenda Brasil Verde, cuja sentença foi publicada em dezembro de 2016. Foi decidido na mesma que o Estado brasileiro deveria reabrir a investigação penal, visando responsabilizar o dono da fazenda, além de empregar o instituto da imprescritibilidade para o crime de trabalho escravo. Em relação às 128 vítimas, o primeiro grupo receberá 40 mil dólares por vítima e o segundo deverá receber 30 mil dólares. **Xavier** afirma ainda que, segundo o último levantamento, foram pagas 74 vítimas, quase todas da fiscalização do ano 2000, e 10 vítimas já foram localizadas para futuro pagamento. Restam, desta forma, 44 vítimas a serem localizadas, o que tem sido um trabalho árduo. Das 74 vítimas pagas, **Xavier** afirma que cerca de 54 a 58 foram localizadas pela CPT, sendo as demais pelo poder público em dez Estados diferentes. A maioria foi localizada nos Estados do Maranhão, Piauí e Pará. **Xavier** informa que apenas no último um ano foram localizadas vinte vítimas. A CIDH pediu que até o dia 27 de agosto fosse apresentado um relatório sobre o caso.

**Francisco** informa que o Ministério da Cidadania foi mobilizado para auxiliar na busca pelas vítimas, juntamente com o Ministério da Saúde. Está sendo realizada um trabalho de busca ativa por parte da assistência social para identificar se ainda existem vítimas vivas ou ao menos se localizar seus parentes. **Herbert** informa que os esforços para localização prosseguem. **Xavier** informa que o proprietário da Fazenda Brasil Verde recorreu da decisão e teve seu recurso indeferido.

**Herbert** passa a tratar da questão na logomarca. **Erik** informa que a elaboração da logomarca estava sendo feita para a COMTRAE e surgiu a ideia de se passar a uma identidade visual unificada, nacional. **Manuela** informa que gostaria de realizar uma dinâmica com os participantes da reunião para ajudar no processo de composição da nova logomarca.

**William** explica que precisa compreender antes de mais nada os valores que os membros têm, a serem expressos em forma de palavras a serem escritas em notas adesivas distribuídas aos participantes. A primeira palavra deve representar como a CONATRAE se comunica com o público externo. A segunda palavra deve representar os atributos dos usuários, as características do público com quem a CONATRAE interage. O terceiro termo deve representar os impactos tangíveis, os resultados que a CONATRAE espera alcançar. A quarta e última expressão deve representar os sentimentos que a CONATRAE espera passar aos usuários. **William** informa que a marca que a Forest pretende desenvolver irá envolver as contribuições anteriores para ajudar a formar uma marca que gere uma associação com esses atributos.

Na primeira palavra, há destaque para o termo “positividade”. Na segunda palavra, se destacou o termo “vulnerabilidade”. A terceira palavra que mais se destacou foi o conceito de “humanidade”. Os últimos dois termos que parecem ser mais proeminentes seriam “gratidão” e “esperança” dos usuários.

**Mércia** afirma que o momento não é adequado para se discutir sobre a logomarca haja vista problemas mais graves. **Herbert** informa que a discussão surgiu como uma oportunidade e por isso foi inserida na pauta.

**Herbert** passa para a discussão sobre os integrantes da CONATRAE. São lembrados os atuais integrantes governamentais, conforme o artigo 3º do novo Decreto, e a necessidade de seleção de entes da sociedade civil para integrar os assentos faltantes, de acordo com o artigo 5º. **Natalia** sobre a questão dos observadores, que não entrou no novo Decreto. **Dante** afirma que a leitura da equipe foi de que ainda não foi oportuno solicitar uma modificação do Decreto. **Herbert** relembra que o desenho do Decreto antigo não estava sendo cumprido por estar demasiado defasado, mas que o novo desenho foi o que melhor que pôde ser alcançado pelos esforços empreendidos.

**Herbert** passa à leitura do Edital.

**Vera** indaga se no item 1.2 se se enquadram sindicatos. **Dante** informa que será acrescido esse termo, com anuência do pleno. **Ricardo** sugere a expressão “entidades sindicais” na redação, com plena aprovação.

**Dante** sugere para o item 1.4 dois representantes da CGCTE e um da sociedade civil. **Herbert** sugere um representante da CGCTE, um do Ministério da Economia e um da sociedade civil. Maurício afirma que precisa apenas ser referendado seu nome como representante do próprio Ministério da Economia. **Rafael** dispõe a ANPT como representante da sociedade civil. **Carlos** sugere a junção dos itens 1.3 com o 1.4. As alterações são aceitas pelo pleno da CONATRAE.

**Ricardo** sugere no item 1.4 acrescentar ao termo “mobilização social” a expressão “relacionada ao trabalho escravo e/ou”. As mudanças são aprovadas pelo pleno.

**Ana Carolina** sugere acrescentar ao final da alínea “a” do item 1.4 a expressão “salvo as entidades enquadradas nas alíneas b) e c)”, o que é acatado pelo pleno.

**Mércia** sugere a alteração de dois para cinco anos o tempo do item 4.2 e a exclusão do termo “exitosos” no item 4.4. **Ana Carolina** sugere remover a expressão “exemplificativo” acerca da inscrição no CNPJ. As sugestões de ambas são acatadas pela Comissão.

**Carlos** faz um adendo, sugerindo que o prazo do item 4.1 seja expandido para dez anos. Por não haver consenso, **Herbert** põe em votação a proposta. MMFDH, ANPR, MC, MJ, ANAMATRA, CNA, OAB, Repórter Brasil e GPTEC/UFRJ votam por manter o prazo em cinco anos. CONTAG, Ministério da Economia e SINAIT votam pelo prazo de dez anos, e, portanto, a proposta não foi acatada.

**Dante** sugere trocar a palavra “ou” por “e” no item 4.3, com concordância do pleno. **Herbert** convoca o intervalo para o almoço.

---

**Dante** retoma a reunião após o intervalo. **Vera** aborda a questão da nota pública da CONATRAE redigida pelo SINAIT, lida por **Xavier**. **Dante** sugere alterar o penúltimo parágrafo da nota. **Rodrigo** sugere que não se subscrevam as instituições CNA e CNI caso o texto aborde alguns casos que ainda não foram apurados pela justiça. **Reinaldo** acredita que o texto é juridicamente perigoso, pois há a citação de casos que não estão adequadamente formalizados na esfera

jurídica. **Joziel** também informa que não pode assinar a nota tanto pelo mesmo motivo, como pelo fato de a nota dizer que os autores da Chacina de Unaí ficaram “impunes”, uma vez que, em verdade, já teriam sido punidos, mas ainda permanecem em liberdade.

**Dante** sugere uma nova redação na proposta de nota, de forma a conciliar as posições de todos os membros da CONATRAE em torno da manifestação. **Ricardo** sugere que a nota se restrinja ao caso da ameaça ao Auditor-Fiscal do Trabalho no Ceará. **Rafael** pede que seja mantida a citação ao setor produtivo do ameaçador, ao passo que **Dante** e **Natalia** acreditam que a menção específica ao setor da carnaúba acabe por identificar este como culpado como um todo, gerando um efeito reverso. **Rodrigo** sugere o encaminhamento do texto por e-mail a todos para uma construção conjunta. **Xavier** se manifesta prontamente contra a postergação da discussão da nota. **Reinaldo** acredita que ainda assim o setor produtivo não pode assinar o texto da maneira atual. **Dante** sugere que **Reinaldo** e **Rodrigo** possam refazer o texto e apresentar uma nova proposta, mas **Reinaldo** informa que, uma vez que a iniciativa partiu do SINAIT, este deveria fazer a nova proposição. **Ricardo** sugere que se feche um texto reduzido, submetido à Comissão ao final para deliberação, e caso o setor produtivo não creia que possa chancelar a proposta, dar-se-á um prazo para se procedam a mais uma modificação; não havendo concordância ainda por parte de CNA e CNI, o texto seria acrescido de uma ressalva do setor produtivo e aprovado. O pleno chancela a ideia.

**Dante** retoma a discussão sobre o Edital. **Rafael** confirma que a ANPT não irá se candidatar ao processo seletivo, se propondo assim a compor a Comissão de Seleção. **Carlos** sugere se limitar a vaga para confederação sindical, sem entidades de classe, pois apenas a primeira seria propriamente uma representação dos trabalhadores. **Vera** acredita que não há como entidades como o SINAIT concorrerem com entidades como a CONTAG por terem naturezas um tanto diversas. **Reinaldo** pondera que são fundamentais dois atores para as cotas de vagas, sendo o setor produtivo um e o outro as entidades que representam os trabalhadores-alvo das políticas da CONATRAE. **Rodrigo** propõe uma vaga para cada um dos setores, com foco em confederações, e não sindicatos. **Ricardo** acredita que isso levará a um direcionamento das vagas para alguns candidatos únicos.

**Xavier** reflete que a CPT nunca chegou a ser membro oficial da CONATRAE, mas que isso nunca a impediu de atuar na mesma, e espera com isso que as demais entidades que não consigam obter umas das poucas vagas continuem atuantes. Relembra também que os sindicatos servidores públicos podem, ainda assim, se candidatar às vagas da alínea “a” do item 1.4.

**Reinaldo** entende que as confederações são, atualmente, as mais representativas dentre as representações sindicais, não sendo a proposta um direcionamento da candidatura. Antonio aponta para a preocupação maior do que a discussão atual, que é a ausência dos observadores no Decreto 9.887/2019. **Carlos** lamenta o fato de que tantas entidades de participação histórica na CONATRAE tenham que estar disputando as exíguas vagas que o Decreto disponibilizou.

O pleno chega ao consenso de que a redação do item “b” do item 1.4 deve prever uma vaga para “entidade sindical representante de trabalhadores em âmbito nacional da iniciativa privada”, ao passo que o item “c” deve prever uma vaga para “entidade sindical representante de empregadores em âmbito nacional da iniciativa privada”.

**Mércia** acredita que o item 4.2 seja redundante com o item 4.4. **Dante** acredita que há distinção entre atuar na área e ter projetos nessa área. **Carlos** sugere que o item de projetos seja não um critério de desempate, mas como em um sistema de pesos. **Andréia** acredita que seja inviável esse tipo de sistema. **Carlos** sugere um intervalo para que todos possam debater a questão com

calma. **Herbert** sugere a exclusão do item 4.4, mas a proposta é rejeitada pelo pleno. **Ricardo** destaca que a exigência de projeto é uma oportunidade de entidades que são não apenas atuantes na teoria, mas também na prática. **Herbert** convoca um intervalo de 10 minutos.

Após o intervalo, **Carlos** propõe modificar o item 4.2 para que a atuação seja realizada pela própria entidade postulante, o que é aprovado pelo pleno da Comissão. **Ricardo** sugere fundir os itens 4.2 e 4.3, mas a proposta não é acatada.

**Carlos** sugere ainda que o item 4.4 pode ser comprovado por qualquer ente filiado à entidade. **Andréia** sugere a redação de um parágrafo único que discrimine que tal item se aplica somente às entidades indicadas no item 1.4, “a”. A proposta é aprovada consensualmente.

**Rodrigo** sugere que os documentos mencionados no item 5.1 possam ser aceitos com certificação digital, ao passo que **Reinaldo** relembra a legislação de 2018 que abole a necessidade apresentação de documentos autenticados. **Mércia** sugere a apresentação dos documentos apenas dos selecionados, *a posteriori* do processo seletivo. **Dante** pondera que irá analisar a questão para uma nova redação a ser apresentada.

**Herbert** observa que é preciso se escolher uma nomenclatura única para a comissão organizadora. **Mércia** indaga se no item 6.1, “d”, é preciso um documento diferente da data que nomeie o representante. **Carlos** sugere a ata de eleição/posse, o que é aceito pelo pleno. **Ricardo** sugere alterar o item 6.1, “f”, para indicar apenas os documentos do item 4. Sugere ainda transferir os itens 6.1, “g”, “h” e “i” para um momento posterior, e tais propostas são também aprovadas. **Xavier** sugere a exclusão dos itens 6.2 e 6.3. **Andréia** informa que serão revisados.

**Andréia** passa à sugestão de mudança de pequenos detalhes de redação do texto no item 7, aprovados pela CONATRAE. **Carlos** sugere trocar o termo “cidadão” por “pessoa física ou jurídica” no item 7.6. **Reinaldo** sugere a eliminação da última oração do item 7.2, proposta aprovada pela Comissão.

**Ricardo** sugere que se registre no Edital que a votação é secreta. **Andréia** insere a sugestão no item 8.4 do Edital. **Ricardo** também pede que se discrimine no item 8.6 que serão as mais votadas “por categoria”. **Carlos** sugere no item 8.3 que não se fixe em 10 minutos de fala, mas apenas em um tempo equânime.

**Andréia** informa que será suprimida a expressão “exitosos” no item 9.1. **Carlos** sugere já se desenvolver um processo mais apurado de desempate, caso ocorra. **Herbert** informa que uma nova rodada de votação deverá ser feita apenas com as entidades que empataram. **Carlos** sugere mudanças nos critérios desempates, que são aprovadas pela CONATRAE. **Herbert** sugere a remoção do uso de quantidade/qualidade de projetos como critério de desempate, a fim de evitar problemas de conceituação, mas a proposta não foi acolhida. **Herbert** afirma que, segundo a leitura atual do Edital, os critérios de desempate serão aplicados a todos os candidatos, o que é consensualmente aceito.

**Dante** aponta que é preciso mudar o termo “conselheiros” do item 11.1. É sugerida nova redação no mesmo item. **Reinaldo** sugere a ideia de que os titulares sejam de um órgão e os suplentes sejam de outro, de forma a ampliar o processo participativo. A proposta é rejeitada, pois **Dante** informa que o Decreto veda essa possibilidade.

**Herbert** afirma que no item 12 não há como se definir, neste momento, as datas, apenas períodos. O pleno da CONATRAE define os prazos, contados em dias úteis. **Rodrigo** sugere corrigir pequenos detalhes textuais do item 13.1 e a discussão sobre o Edital é findada.

**Herbert** passa a análise de nova proposta da nota pública que foi inicialmente elaborada pelo SINAIT. **Vera** e **Xavier** apontam que a redação parece tratar o atual caso de ameaça como uma rara excepcionalidade, como a primeira ocorrência de ameaças desde a Chacina de Unaí, o que não representaria a realidade de ameaças corriqueiras. O texto não pode ser aprovado no momento por CNA e CNI, mas **Rodrigo** e **Reinaldo** se comprometem a enviar uma nova proposta até o dia 23/08.

**Herbert** dá a Reunião por encerrada.